

Avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional em Alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma Escola Pública de Varginha, MG

Evaluation of Food and Nutritional Insecurity in Youth and Adult Education Students at a Public School in Varginha, MG

Isis Figueiredo Mansur Neves¹, Érika Aparecida Pereira Azevedo², Daniele Caroline Faria Moreira³

¹Discente do Curso de Bacharelado de Nutrição do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais – UNIS MG. ²Coorientadora e Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS MG. ³Orientadora e Docente do Curso de Bacharelado de Nutrição do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais – UNIS – MG.

Resumo

Introdução: Grande parte da população brasileira não tem acesso a alimentos básicos embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo. A fome, a obesidade, doenças associadas à má alimentação, a produção predatória de gêneros alimentícios em relação ao meio ambiente, os preços abusivos são condições de insegurança alimentar e nutricional. **Objetivo:** Avaliar o grau de insegurança alimentar e nutricional em alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública de Varginha, MG. **Metodologia:** A amostra da pesquisa foi composta por 82 alunos da EJA, cursando o Ensino Médio, com idade entre 18 e 64 anos. Para coleta de dados foram utilizados três questionários, sendo eles, Questionário de Identificação Pessoal, Critério de Classificação Econômica Brasil e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). **Resultados:** Verificou-se a prevalência de insegurança alimentar leve e da classe social C entre os alunos da EJA. **Conclusão:** Conclui-se que a situação de insegurança alimentar é predominante na população estudada, assim como a baixa renda domiciliar, fatores ligados a vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

Introduction: Most of the Brazilian population does not have access to basic food, although Brazil is one of the largest food producers in the world. Hunger, obesity, diseases associated with poor diet, predatory productions of foodstuffs in relation to the environment, abusive prices are conditions of food and nutritional insecurity.

Objective: To evaluate the degree of food and nutritional insecurity among students of Adult and Young Adult Education (EJA) of a public school in Varginha, MG.

Methodology: The study sample consisted of 82 EJA students, attending high school, aged between 18 and 64 years. For data collection, three questionnaires were used: Personal Identification Questionnaire, Brazil's Economic Classification Criteria and the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). **Results:** The prevalence of mild food insecurity and social class C among EJA students was verified. **Conclusion:** It is concluded that the food insecurity situation is predominant in the studied population, as well as the low household income, factors related to social vulnerability.

Keywords: Food and Nutrition Security. Brazilian Scale of Food Insecurity. Youth and Adult Education.

Introdução

A saúde não é apenas ausência de doenças, mas consiste no bem-estar físico, psíquico e social de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Sendo assim hábitos alimentares equilibrados são fundamentais para manutenção da saúde, assim como moradia, renda e educação¹.

Uma alimentação saudável é aquela que supri todas as demandas do organismo, estando ligada não somente aos nutrientes mais também aos aspectos culturais, sociais, sensoriais e emocionais. O consumo de alimentos deve ser equilibrado, variado, suficiente, acessível e seguro².

Grande parte da população brasileira não tem acesso a alimentos básicos embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo. A fome, a obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos maléficos a saúde, a produção predatória de gêneros alimentícios em relação ao meio ambiente, os preços abusivos são condições de insegurança alimentar e nutricional³.

A fome é a manifestação mais grave da insegurança alimentar. Porém o estado de insegurança alimentar deve ser identificado em seus diferentes graus, que compreende desde aos aspectos psicológicos até os aspectos físicos que afetam a saúde e a própria vida das pessoas⁴.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste no direito ao acesso regular e fixo aos alimentos de qualidade, em quantidades adequadas, não interferindo a obtenção de outras necessidades fundamentais, tendo como base hábitos alimentares saudáveis, dessa forma promovendo a saúde, respeitando as disparidades culturais e que sejam social economicamente e ambientalmente sustentáveis⁵.

A educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada no Brasil com o objetivo de eliminar a analfabetismo, englobando jovens e adultos que não se encaixam mais nas faixas etárias do ensino médio e ensino fundamental. A existência de políticas e iniciativas que tem como objetivo complementar a Educação de Jovens e Adultos indica que a educação no Brasil é excludente. Sendo assim as pessoas com menores rendas, classes desfavorecidas, etnia negra, parda e mestiça em geral são excluídas da ideologia de educação que capacita e transforma os indivíduos⁶.

Sabe-se que os aspectos econômicos e sociais são um dos determinantes da insegurança alimentar, sendo assim alunos da EJA são propensos a fazerem parte desta realidade⁶.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar tem como finalidade levantar indicadores de avaliação da SAN para informar a população sobre a adversidade constante da insegurança alimentar. A escala é capaz de verificar não somente a amplitude do problema de insegurança alimentar na população, mas também avaliar os diferentes graus de acesso aos alimentos, desde a absoluta satisfação das necessidades alimentares (segurança alimentar) até grandes restrições alimentares, insegurança alimentar leve, moderada e grave⁷.

Desta forma, conhecer o grau de insegurança alimentar é de extrema relevância para a formação de recursos humanos, comprometidos com os esforços para combater as diferenças sociais no país, além de ser um recurso que auxilia na criação de indicadores para as políticas sociais de combate a insegurança alimentar e a fome sendo de interesse em qualquer esfera do governo⁷.

Mediante a isso, o presente estudo tem por objetivo verificar a incidência dos diferentes graus de insegurança alimentar e nutricional nos alunos da Educação de Jovens e Adultos, revelando a magnitude de tão importante problema no país.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal analítico realizado em uma escola pública estadual de Varginha, Minas Gerais. A escola funciona durante os três turnos: matutino, vespertino e noturno. A pesquisa foi ministrada no período noturno, com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) cursando o Ensino Médio. Foram avaliados 82 estudantes, sendo 54 do sexo feminino e 28 do sexo masculino, com idade entre 18 e 64 anos.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de três questionários: um analisando as características do entrevistado, como o número de integrantes na família, tabagismo, realização de atividade física, e o outro analisando os aspectos socioeconômicos dos alunos, através do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) e por fim a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Sendo dois dos questionários utilizados validados: Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

O trabalho foi submetido ao comitê de ética em pesquisa do centro Universitário do Sul de Minas (CAAE: 56449416.7.0000.5111). Todos os participantes foram informados a respeito do objetivo e caráter da pesquisa e foram convidados a participar de forma voluntária, além de receberem e assinarem um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos recomendados pela Resolução 196/98 do Conselho Nacional de Saúde.

Ao final da pesquisa, os dados foram analisados por meio do software Microsoft Excel 2010 e demonstrados através de gráficos e tabelas, utilizando a estatística descritiva simples.

Resultados

Após a análise de dados às informações que caracterizam a população de estudo foram demonstradas na tabela 1.

Todos os 82 estudantes presentes no dia da avaliação participaram da pesquisa. Os dados para a classificação social foram obtidos através do Critério de Classificação Econômica Brasil (Anexo1), os demais dados socioeconômicos foram obtidos através do questionário (Anexo 2).

Tabela 1: Variáveis socioeconômicas de alunos do ensino médio da EJA de uma escola de Varginha.

Classe social	N° de entrevistados	Média Idade (anos)	Sexo (Feminino)	Estado Civil (Solteiro/Casado/Viúvo)	Trabalho (Sim)	N° médio familiares
B	22 (26,2%)	27	59%	77% / 18% / 5%	77%	4
C	51 (62,2%)	29	67%	76,5% / 23,5%	63%	4
D	09 (11%)	23	56%	89% / 11%	44%	5
Total/Média Geral	82	28	65%	78%/21%/1%	65%	4,3

A tabela 1 demonstra a caracterização da população de estudo em relação aos dados socioeconômicos analisados através do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Pode-se observar que dos 82 alunos participantes do estudo, 62,2% pertencem à classe C, seguido de 26,2% pertencentes à classe B e 11% a classe D.

A média de idade entre os alunos foi de 28 anos, sendo a grande maioria do sexo feminino (65%). A maior parte dos alunos entrevistados eram solteiros (78%) e apenas 21% casados. Em relação ao trabalho 65% estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto 35% afirmaram estar desempregados.

O número médio de membros familiares entre os participantes foi de 4,3 pessoas por domicílio.

A figura 1 apresenta os dados de hábitos de vida dos alunos que participaram da pesquisa em cada uma das classes sociais.

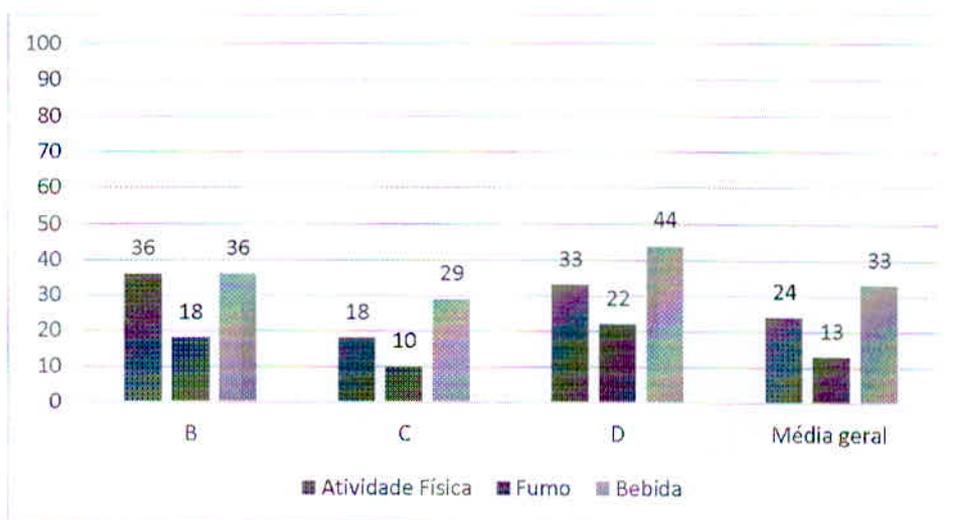


FIGURA 1 - Hábitos de vida de alunos do ensino médio da EJA de uma escola de Varginha.

Ao serem questionados sobre seus níveis de atividade física, 24% dos alunos são considerados ativos, enquanto 76% são considerados sedentários.

Treze por cento alegaram fazerem uso de cigarro, enquanto que a maior parte, 87%, indagaram não fumar. Quanto ao uso de bebidas alcólicas 67% dos alunos afirmaram não fazer uso da mesma, enquanto 33% responderam positivamente ao uso de álcool. Destaca-se que os alunos pertencentes à classe econômica mais baixa (classe D) são os que mais possuem hábito de fumar e beber.

A figura 2 apresenta o nível de (In)segurança alimentar e nutricional entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dos alunos entrevistados durante o estudo 38% estavam em situação de segurança alimentar, 51% apresentaram insegurança alimentar leve, 4% moderada e 7% insegurança alimentar grave.

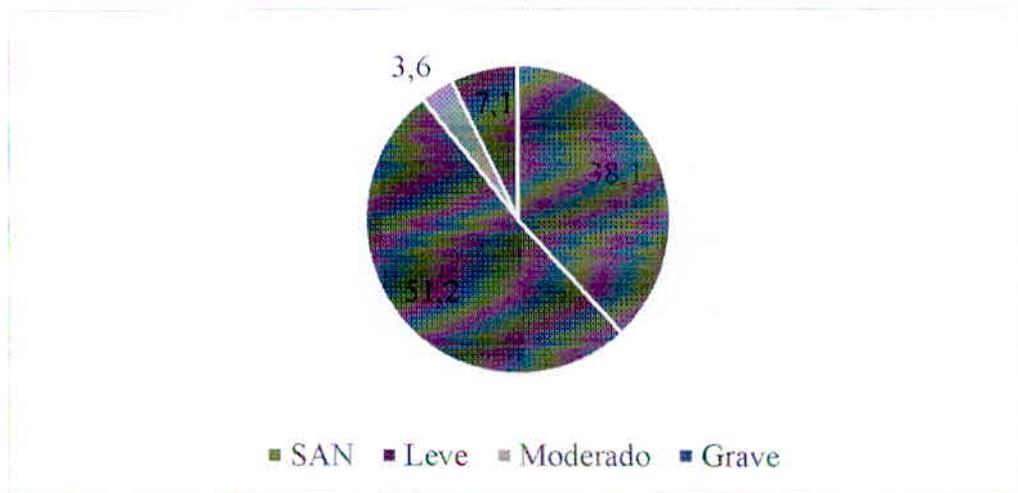


FIGURA 2 - Nível de (In)SAN de alunos do ensino médio da EJA de uma escola de Varginha

A Tabela 2 apresenta a avaliação das respostas à EBIA pelos participantes que sofrem de algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional.

A questão 1 revela a preocupação da maioria dos participantes de que a comida acabasse antes que houvesse dinheiro para aquisição de novos alimentos, contudo essa preocupação foi significativamente maior dentre os alunos que sofrem de insegurança alimentar grave.

Na prática a comida acabou antes que houvesse recursos para compra de gêneros alimentícios nos domicílios de todos os participantes com insegurança alimentar moderada e na maioria daqueles com insegurança alimentar grave (Questão 2). Cabe destacar que dentre todos os grupos que sofrem insegurança alimentar o aspecto

financeiro é considerado como fator determinante para a prática de uma alimentação saudável, conforme avaliado na 3ª pergunta.

TABELA 2 - Avaliação das respostas relativa à EBIA pelos participantes que sofrem de algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Perguntas da EBIA	Leve	Moderado	Grave	Média
1- Nos últimos 3 meses, você teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar mais comida?	60,5	66,7	83,3	70,2
2- Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que você tivesse dinheiro para comprar mais?	18,6	100,0	83,3	67,3
3- Nos últimos 3 meses, você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	60,5	100,0	66,7	75,7
4- Nos últimos 3 meses, você teve que se basear em apenas alguns poucos tipos de alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?	27,9	100,0	83,3	70,4
5- Nos últimos 3 meses, você ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	14,0	66,7	66,7	49,1
6- Nos últimos 3 meses, você alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?	4,7	33,3	100,0	46,0
7- Nos últimos 3 meses, você alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?	7,0	66,7	50,0	41,2
8- Nos últimos 3 meses, você perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?	2,3	33,3	50,0	28,6
9- Nos últimos 3 meses, você ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	4,7	33,3	100,0	46,0
10- Nos últimos 3 meses, você não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?	18,6	100,0	50,0	56,2
11- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	4,7	66,7	100,0	57,1
12- Nos últimos 3 meses, você, alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	4,7	33,3	100,0	46,0
13- Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	2,3	33,3	100,0	45,2
14- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas você simplesmente não podia comprar mais comida?	7,0	0,0	100,0	35,7
15- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve apenas uma refeição ao dia, ou ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?	4,7	0,0	100,0	34,9

A questão 5 e 7 mostram que a maioria participantes com insegurança alimentar moderada (66,7 em ambas) e Grave (66,7%) tiveram a necessidade de restrição alimentar - quantidade e número de refeições realizadas - por falta de dinheiro,

afirmando que sentiram fome. Todos os alunos que sofrem com insegurança alimentar grave relataram ter experiência com a fome, uma vez que comeram menos do que necessitavam (questão 6) e também chegaram a ficar um dia inteiro sem comer ou consumiram apenas uma refeição ao dia (questão 9).

A EBIA também questiona, nas perguntas 4 e entre 10 e 15, sobre o hábito alimentar dos familiares menores de 18 anos. A questão 4 mostra que a maioria participantes com insegurança alimentar moderada (100%) e Grave (83,3%) tiveram a necessidade de restrição na variedade de alimentos por falta de dinheiro.

Na pergunta 10, quando questionados sobre a impossibilidade de obter uma alimentação saudável e variada, todos os participantes com insegurança alimentar moderada responderam positivamente. Já na pergunta 11, observa-se que a maioria os alunos com insegurança alimentar moderada (66,7%) e grave (100%) afirmavam não comer em quantidade suficiente, por falta de dinheiro. Destaca-se que as famílias que sofrem de insegurança alimentar grave apresentam grande dificuldade em prover alimentação para crianças e adolescente em quantidade adequada, uma vez que todos responderam positivamente as perguntas 12 a 15; afirmando inclusive que deixaram de fazer refeições e passaram fome.

Com relação à questão 8, apesar da restrição alimentar estar presente nos domicílios dos participantes do estudo, uma pequena parte dessa população (50% - insegurança alimentar grave; 33,2% - moderado; 2,3% - leve) afirmou ter perdido peso por não ter dinheiro para comida.

Discussão

No Brasil, assim como em muitos outros países, o acesso à moradia, alimentação, transporte, educação e assistência à saúde dependem da renda dos indivíduos e/ou suas famílias. As famílias que possuem menores condições financeiras utilizam a maior parte de seus rendimentos com a alimentação. Dessa maneira, o acesso regular aos alimentos é um elemento chave para definição das situações de vida de grande parte da população brasileira⁸.

Neste estudo foram entrevistados alunos da EJA, sendo verificado que a maioria (62,2%), segundo o CCEB, pertenciam a classe C, seguido pelas classes B (26,2%) e D (11%), não haviam alunos categorizados em outras classes socioeconômicas. Já os dados nacionais revelam que 47,5% da população brasileira está agrupada na classe C,

23,1% na classe B e 26,6% na classe D⁹. Com exceção da classe B e D, pode-se perceber que os dados locais refletem bem os dados nacionais.

A segurança alimentar envolve não só o acesso físico aos alimentos, como também o acesso econômico. O acesso econômico resulta da aquisição dos recursos necessários para adquirir alimentação equilibrada e com regularidade⁴. O estado de pobreza e a situação da fome causam ao ser humano um consumo inadequado e insuficiente de alimentos¹⁰.

Neste trabalho observou-se que o número médio de familiares em cada domicílio é de 4,3 pessoas, enquanto a média nacional é de 2,9 pessoas por domicílio, o que pode contribuir ainda mais para as dificuldades financeiras, uma vez que já é documentada através da PNAD 2013¹¹, que o número de integrantes das famílias está intimamente ligado com o grau de desenvolvimento financeiro e social das mesmas. No mesmo sentido sabe-se que a quantidade de domicílios em situação de segurança alimentar reduz à medida que aumenta o número de pessoas na família¹².

A maior parte dos alunos entrevistados pertenciam ao sexo feminino, cerca de 65%. Apesar de no Brasil haver mais mulheres (50,64%) do que homens (49,38%), dentre os alunos do EJA o número de mulheres é percentualmente superior aos dados nacionais¹³. No estudo de Pedraza e Gama (2015)¹⁴, os autores analisaram a insegurança alimentar em domicílios urbanos com crianças menores de sete anos de idade, onde a maior probabilidade de insegurança alimentar foi identificada em domicílios chefiados por mulheres mães.

Verificou-se que a grande maioria dos alunos, o que corresponde 65%, trabalham, enquanto 35% estão desempregados. Dados nacionais revelam números superiores de empregados, 75,5% das pessoas são ocupadas¹⁵.

Em relação aos hábitos de vida (Figura 1), 13% dos alunos são tabagistas, 24% são ativos, dados semelhantes aos da Pesquisa Nacional em Saúde 2013¹⁶, onde a média brasileira é respectivamente 15% e 22,5%. Quanto ao consumo de bebidas, 24% afirmam fazer uso de álcool em todo o Brasil, o que revela alto consumo pelos alunos da EJA, já que 33% afirmaram ingerir bebidas alcóolicas. Sabe-se que a inatividade física e o uso de cigarros são fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)¹⁷. E o consumo exagerado de álcool está relacionado à maior incidência de DCNT, além de acidentes automobilísticos¹⁸.

Um dos maiores problemas acometidos por grandes segmentos da população mundial estão associados às questões alimentares e nutricionais, por vários motivos,

como a falta de alimentos, a alimentação de má qualidade ou até mesmo situações de vida e saúde que impeçam o aproveitamento apropriado dos alimentos. Em 2008, com a crise mundial de alimentos e financeira que acometia a população mundial, o número de pessoas que passam fome foi crescente. Dessa forma, a insegurança alimentar se tornou uma dificuldade ascendente em um cenário onde um dos objetivos do milênio é o combate à fome¹⁹.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi adaptada para a realidade da população brasileira e este instrumento foi considerado pelo IBGE apto ao diagnóstico de situações de segurança alimentar (SAN) e designar populações sob risco de insegurança²⁰.

Neste estudo 38% dos entrevistados estavam em situação de segurança alimentar, 51% apresentaram insegurança alimentar leve, 4% moderada e 7% insegurança alimentar grave. Dados nacionais de 2013¹¹ revelam que 76,7% dos domicílios brasileiros viviam em situação de SAN número este que demonstrou evolução quando comparado a PNAD 2009, onde 67,1% da população urbana apresentavam-se em SAN. Além disso, 15,8% da população urbana passavam por condição de insegurança alimentar leve, seguidos de 4,3% moderada e 3,1% grave. Percebe-se que somente os dados de Insegurança alimentar moderada se assemelham aos dados nacionais, os dados de insegurança alimentar leve e grave estão em valores muito superiores.

Vários estudos encontraram desfechos muitos semelhantes ao presente trabalho, onde apresentaram maior incidência de insegurança alimentar leve do que SAN^{21,5}.

A insegurança alimentar leve é comum em famílias preocupadas ou duvidosas quanto à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Já a insegurança alimentar moderada resulta de problemas da falta de alimentos, levando a redução na quantidade de alimentos e interfere na qualidade da dieta, enquanto a insegurança alimentar grave é caracterizada pela redução quantitativa e qualitativa de alimentos devido à sua redução entre adultos e crianças ou mesmo a privação (fome), de acordo com o IBGE (2014)¹¹.

No estudo de Gubert, D'Aquino, Pacheco (2010)²² foram avaliadas as estimativas de insegurança alimentar grave em 5.507 municípios brasileiros, demonstrando insegurança alimentar grave (8,3%). Dados equivalentes aos identificados nesta pesquisa (7%), diferente dos resultados obtidos no estudo de Rocha, Lima, Diniz et al (2012)⁵ onde 42,6% das famílias que possuem crianças em seus

domicílios encontravam-se em situação de segurança alimentar, 31,8% insegurança alimentar leve e 25,6 insegurança alimentar moderada e grave. Essa diferença de valores pode ocorrer devido ao maior aporte nutricional necessitado por essa faixa etária, segundo Pereira et al (2006)²³.

Já o estudo de Panigassi, Côrrea e Leon (2008)²¹ constituído por famílias urbanas no município de Campinas, demonstrou um aumento nos valores dos dados relativos à insegurança alimentar grave e moderada (20,4%). Um dos motivos dessa diferença de valores se deve a investigação da insegurança alimentar aliada a desigualdades sociais, como escolaridade, raça, características das moradias e condições de saneamento básico.

No estudo realizado com os alunos da EJA, além do grau de insegurança alimentar, houve também a avaliação das repostas relativas à EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) dos participantes que sofriam algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Poucos estudos nacionais realizaram a mesma análise, sendo um deles o trabalho de Segall (2007)²⁴ que analisou a insegurança alimentar a partir da percepção das pessoas nos municípios de Campinas e Brasília, enquanto o de Nunes, Cruz e Pinho (2014)²⁷ avaliaram a SAN em famílias beneficiárias do programa bolsa família e o de Guerra (2011)²⁵ que analisou a insegurança alimentar e nutricional em municípios do Mato Grosso do Sul.

Percebe-se que grande parte dos entrevistados já sentiu a ameaça da falta de comida ou até precisou restringir a alimentação por questões financeiras abordados nas questões 1, 2, 3, com destaque aos que vivem em condições de insegurança alimentar grave, dados semelhantes foram encontrados nos estudos citados acima. Essas restrições não se deram somente na redução da diversidade de alimentos como também na ausência de itens da dieta de adultos e de menores de 18 anos, no decréscimo da quantidade de alimento consumido e na privação de refeições como abordado nas questões 5, 6, 11, 12, 13, 15. Assim como no presente estudo poucos foram os casos de perda de peso nos demais trabalhos citados. Em relação a restrições alimentares durante um dia todo, todos os alunos com insegurança alimentar grave afirmaram vivenciar tal situação, dados esses menos frequentes no estudo de Nunes, Cruz e Pinho (2014)²⁷, Segall (2007)²⁴ e Guerra (2011)²⁵.

Os resultados aqui encontrados evidenciam a relevância da insegurança alimentar na população estudada. O conhecimento acerca dos fatores associados à insegurança alimentar, possibilita o estabelecimento de prioridades de ação no sentido

de impedir e controlar o problema. A EBIA pode facilitar os gestores públicos no monitoramento da insegurança alimentar e na identificação de grupos vulneráveis para o direcionamento de recursos, além de consistir uma importante ferramenta para a avaliação e fiscalização de medidas de intervenção. É papel do Estado a garantia social da segurança alimentar e nutricional. A implantação de programas sociais, como o Bolsa Família, são importantes para a melhoria da qualidade de vida das famílias necessitadas. Entretanto, medidas de caráter mais estrutural, como investimento na Educação, Saúde e Saneamento Básico, devem ser relevadas a fim de que as políticas públicas deixem de serem compensatórias focais e isoladas²⁶.

Conclusão

Este estudo verificou a situação de insegurança alimentar e nutricional nos alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de Varginha, MG e foi possível verificar número expressivo de pessoas que sofrem com a Insegurança Alimentar, sendo a maioria dos casos de grau leve, demonstrando grande preocupação por parte da população em relação à quantidade, qualidade e disponibilidade de alimentos.

É possível observar que a questão do acesso inadequado e insuficiente aos alimentos, no Brasil, é causada, especialmente, pelas disparidades socioeconômicas presentes no país, indicando a necessidade de políticas voltadas à solução desses problemas. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é um medidor sensível da insegurança alimentar e nutricional, sendo assim um importante indicador da fiscalização da iniquidade em saúde, colaborando na identificação dos grupos vulneráveis socialmente.

Conclui-se que é importante realçar e analisar a prevalência de insegurança alimentar em seus diferentes níveis, no intuito de subsidiar políticas públicas.

Declaração de Conflitos de Interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

- 1 - SOBRINHO, F. M.; SILVA, C. Y.; ABREU, S. N. M.; PEREIRA, L. C. S.; DIAS, S. C. Fatores determinantes da insegurança alimentar e nutricional: estudo realizado em Restaurantes Populares de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, Belo Horizonte, v. 19, n. 5, p. 1601-1611, Outubro 2014.
- 2 - FRANCO, M. C.; OTERO, I.; DUTRA, S. E.; AMORIM, A. F. N. **Alimentação Saudável e Sustentável**. Módulo 11. Universidade de Brasília. Brasília, p. 92. 2007. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/alimet_saud.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.
- 3 - CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Brasília, p. 284, 2010.
- 4 - BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. **Brasília, DF: Abrandh**, 2010.
- 5 - ROCHA, E. M. B.; LIMA, T. R.; DINIZ, B. D.; ALMEIDA, C. P. Situação nutricional de crianças em município de privilegiado Índice de Desenvolvimento Humano do semiárido brasileiro e sua relação com Insegurança Alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 17-29, 2012.
- 6 - ROMANZINI, Beatriz. **EJA – Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho?** Universidade Estadual de Londrina. Disponível <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- 7 - TADDEI, J. A. A. C. et al **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.
- 8 - CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, p. 80. 2004.
- 9 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério de Classificação Econômica Brasil. 2014. Disponível em <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=302>> Acesso em: 25 nov. 2016.
- 10 - ALBUQUERQUE, Maria de Fátima Machado de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.
- 11 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro, p.34. 2014.
- 12 - HOFFMANN, R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

- 13 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 2 nov. 2016.
- 14 - PEDRAZA, D. F.; GAMA, J. S. F. A.; Segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, Paraíba. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 4, p. 906-917, 2015.
- 15 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016**. Disponível em <http://br.adfn.com/indicadores/pnad/2016> Acesso em: 3 dez. 2016.
- 16 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Rio de Janeiro, p. 181. 2014.
- 17 - MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. **Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 13º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- 18 - **OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE**. Doenças Crônicas Não Transmissíveis: Estratégias De Controle E Desafios E Para Os Sistemas De Saúde. Brasília: [s.n.]. 2011. p. 96.
- 19 - RIBEIRO, J. C. S. **Avaliação da insegurança alimentar e nutricional em um consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local CONSAD na Bahia**. 89f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- 20 - SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, M. T. L. D.; MARINS, V. M. R. D.; Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 99-109, 2008.
- 21 - PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. D. F. A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad. saúde pública**, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.
- 22 - GUBERT, B. M.; BENÍCIO, A. H. M.; SANTOS, P.M. L. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 8, p. 1595-1605, 2010.
- 23 - PEREIRA, D. A.; VIEIRA, V. L.; FIORE, E. G.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. 2006. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.13, n.2, Campinas, p.34-42, 2006.
- 24 - CORRÊA, Ana Maria Segall. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos avançados**, v. 20, n. 60, p. 143, 2007.

25 - GUERRA, L. D. S.; **Análise da insegurança alimentar e nutricional e fatores associados em domicílios com adolescentes de municípios da área de abrangência da BR 163 - Mato Grosso, Brasil.** 190f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

26 - SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, p. 739-748, 2015.

27 - NUNES, T. S.; CRUZ, J. M. G.; PINHO, L. D.; Avaliação da segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Nutrire**, v. 39, n. 2, p. 233-242, 2014.